



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

### PARECER:

PROCESSO Nº 1696/2022

PROJETO DE LEI Nº 19/2022

AUTORIA: VEREADOR DUDA BRASIL

**EMENTA:** “Determina afixação, nos locais que especifica, de cartazes orientativos sobre denúncia de violência contra pessoa com deficiência.”

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei de autoria do vereador DUDA BRASIL que propõe a afixação de cartazes orientativos sobre denúncia de violência contra pessoa com deficiência, nos termos que seguem:

Art. 1º. Serão afixados cartazes com orientações sobre denúncia de violência contra pessoa com deficiência, de modo e em quantidade que permitam a fácil visualização por todos os frequentadores, nos seguintes locais:

I – estabelecimentos de ensino da rede pública municipal;

II – hospitais, maternidades, prontos-socorros e unidades básicas de saúde municipais;

III – centros culturais e esportivos municipais;

Parágrafo único. Os cartazes conterão a seguinte mensagem: “Violência contra pessoa com deficiência é crime. Denuncie. Disque Direitos Humanos – Disque 100.”



Art. 2º. A mensagem deverá conter o sistema de escrita em braille, permitindo que deficientes visuais possam fazer a leitura através do toque.

Ao justificar sua proposta, o autor enfatiza o intuito de alertar e divulgar amplamente para a sociedade o principal veículo para denúncia da violência contra a pessoa com deficiência, o Disque 100, que é um canal de atendimento 24 horas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o que possibilitará maior eficiência no combate a esse tipo de crime:

*“Esse canal funciona como “pronto-socorro” dos direitos humanos, pois atende também graves situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes e possibilitando o flagrante.”*

## II – PARECER DO RELATOR

### 2.1. DA INICIATIVA

Por ser matéria de interesse local, é passível de ser legislada pela Câmara Municipal de Vereadores, nos termos do art. 30, I, também da Constituição Federal:

**“Art. 30. Compete aos Municípios:**  
**I – legislar sobre assuntos de interesse local”**

Não obstante, há o permissivo na esfera estadual, estampado no artigo 28 Constituição Estadual do ES:

**Art. 28. Compete ao Município:**  
**I – legislar sobre assunto de interesse local;**  
**II – suplementar a legislação federal e estadual no que couber;**

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA E LIBERDADE!

 vereador.gilvanpatriota@vitoria.es.leg.br  
 www.gilvanpatriota.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, nº 1788,  
4º andar, gabinete 401 – Bento Ferreira – Vitória – ES  
CEP: 29050-940  27 3334-4546 / 4548



Autenticar documento em <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3200340030003500310032003A00540052004100, Documento assinado  
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP - Brasil.

Por fim, a Lei Orgânica do Município de Vitória:

**Art. 18** *Compete privativamente ao Município:*

*I - legislar sobre assunto de interesse local;  
II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;*

**Art. 19** *É competência comum do Município da União e do Estado:*

*II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (destacamos)*

E, sacramentando a competência desta Casa de Leis para o caso, o art. 64 da Lei Orgânica Municipal de Vitória:

*“Art. 64 Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, não exigida esta para os casos de competência exclusiva do Poder Legislativo, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, (...).”*

Diante dos indicados dispositivos, nas três esferas, e versando sobre matéria de interesse local, municipal, vislumbra-se a competência concorrente do Poder Legislativo Municipal para tratar da matéria, sendo portanto legítima a iniciativa do vereador para o Projeto de Lei ora apresentado.

## II. PARECER DO RELATOR.

**Art 61.** *Compete à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e Redação:*

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA E LIBERDADE!

 vereador.gilvanpatriota@vitoria.es.leg.br  
 www.gilvanpatriota.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788,  
4º andar, gabinete 401 - Bento Ferreira - Vitória - ES  
CEP: 29050-940  27 3334-4546 /4548



Autenticar documento em <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3200340030003500310032003A00540052004100, Documento assinado  
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP - Brasil.

*I. opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições;*

Posta a atribuição desta Comissão, passa-se à análise da proposta.

Conforme os dispositivos legais referidos neste parecer, inclusive na Lei Orgânica Municipal de Vitória, não há qualquer óbice relativo à iniciativa do vereador, vez que não se enquadra no rol das matérias privativas do chefe do Executivo, dispostas no art. 80, I e 113, ambos do diploma mencionado.

Diante, portanto, da ausência de vícios de iniciativa ou constitucionalidade, ou qualquer outra mácula à legalidade, a proposição em tela merece prosperar.

### III. VOTO DO RELATOR.

Assim sendo, é o parecer pela **constitucionalidade** e **legalidade** da propositura do Projeto de Lei nº 19/2022, nada havendo que lhe obstaculize prosseguimento e oportuna aprovação do referido PL.

Palácio Atílio Vivácqua, Vitória ES, 03 de Novembro de 2022



GILVAN AGUIAR COSTA  
Vereador Gilvan Da Federal – Partido Liberal

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA E LIBERDADE!

 vereador.gilvanpatriota@vitoria.es.leg.br  
 www.gilvanpatriota.com.br



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1788,  
4º andar, gabinete 401 - Bento Ferreira - Vitória - ES  
CEP: 29050-940  27 3334-4546 / 4548



Autenticar documento em <http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3200340030003500310032003A00540052004100, Documento assinado  
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira  
- ICP - Brasil.